



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos nosso acionistas e clientes:
Submetemos a apreciação de V. Sas. em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações financeiras do Banco BNP Paribas Brasil S.A., referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011. O Banco BNP Paribas agradece aos acionistas, clientes e colaboradores a confiança e apoio recebidos, que possibilitaram o desenvolvimento e fortalecimento dos nossos produtos e serviços.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS - Em 31 de dezembro de 2012 e 2011

ATIVO	Nota explicativa nº	2012	2011	PASSIVO	Nota explicativa nº	2012	2011
Circulante		18.066.660	9.241.953	Circulante		14.003.399	7.774.751
Disponibilidades		95.340	49.259	Depósitos	(10)	3.433.006	2.700.367
Aplicações interfinanceiras de liquidez		7.575.379	4.323.243	Depósitos à vista		147.718	66.065
Aplicações no mercado aberto		4.175.198	329.129	Depósitos interfinanceiros		553.378	427.953
Aplicações em depósitos interfinanceiros		2.400.183	8.892.837	Depósitos a prazo		2.724.482	2.414.459
Aplicações em moedas estrangeiras		-	101.257	Depósitos em moeda estrangeira		67.428	61.890
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(4)	3.639.513	1.621.490	Captações no mercado aberto		2.843.022	648.297
Carteira própria		2.427.824	1.015.800	Carteira própria		2.937	392.014
Vinculados a compromissos de recompra		2.010	252.106	Carteira de terceiros		1.998.977	131.722
Vinculados à prestação de garantias		94.108	181.554	Carteira de livre movimento		941.988	125.241
Títulos objeto de operações compromissadas com livre movimentação		-	-	Recursos de ações e emissão de títulos		188.165	410.384
Instrumentos financeiros derivativos	(4)	846.468	126.104	Obrigações por emissão de letras financeiras		168.165	410.384
Relações interfinanceiras		5.928	2.504	Relações interdependências		54.120	36.858
Créditos vinculados - depósitos no BACEN		5.928	2.504	Recursos em trânsito de terceiros		34.120	36.858
Operações de crédito	(5)	343.927	271.330	Obrigações por empréstimos e repasses	(11)	3.040.532	563.132
Setor privado		353.071	273.703	Empréstimos no exterior		2.851.909	910.862
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(6)	(91.144)	(2.573)	Repasses do país		23.641	90.157
Arrendamentos a receber		5.333	11.744	Repasses do exterior		64.982	172.113
Setor privado		199.204	105.388	Instrumentos financeiros derivativos		417.256	192.341
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil		(193.971)	(93.644)	Outras obrigações		3.987.318	2.922.692
Outros créditos		4.400.191	2.961.729	Contrata e arrecadação de tributos e assemelhados	(7b)	1.847	1.842
Carteira de câmbio	(7a)	4.145.082	2.762.088	Carteira de câmbio		3.528.694	2.442.508
Rendimentos a receber		25.774	65.233	Sociais e estatutárias	(12a)	87.618	80.890
Negociação e intermediação de valores		804	7	Fiscais e previdenciárias	(12b)	149.070	186.085
Diversos		25.774	65.233	Outras despesas operacionais	(18)	91.505	(38.428)
Provisão para outros créditos liquidação duvidosa	(8)	(27.964)	(20.341)	Despesas tributárias	(18)	(21.265)	(32.958)
Outros valores e bens		1.051	854	Sociais e estatutárias	(18)	51.241	54.687
Despesas antecipadas		2.286.742	3.784.378	Outras despesas operacionais	(18)	91.505	(38.428)
Negociação e intermediação de valores		1.151.974	1.387.028	Despesas tributárias	(18)	(21.265)	(32.958)
Aplicações em depósitos interfinanceiros		1.151.974	1.387.028	Sociais e estatutárias	(18)	51.241	54.687
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(4)	218.277	528.879	Outras despesas operacionais	(18)	91.505	(38.428)
Carteira própria		107.136	137.844	Despesas tributárias	(18)	(21.265)	(32.958)
Vinculados a compromissos de recompra		1.084	141.524	Sociais e estatutárias	(18)	51.241	54.687
Instrumentos financeiros derivativos		217.194	165.197	Outras despesas operacionais	(18)	91.505	(38.428)
Operações de crédito	(5)	101.376	137.844	Despesas tributárias	(18)	(21.265)	(32.958)
Setor privado		101.376	137.844	Sociais e estatutárias	(18)	51.241	54.687
Arrendamentos a receber		315.910	103.789	Outras despesas operacionais	(18)	91.505	(38.428)
Setor privado		(315.910)	(103.789)	Despesas tributárias	(18)	(21.265)	(32.958)
Outros créditos		825.555	1.735.627	Sociais e estatutárias	(18)	51.241	54.687
Carteira de câmbio	(7a)	472.541	1.438.681	Fiscais e previdenciárias	(12a)	267.385	222.849
Rendimentos a receber		60	1.725	Outras despesas operacionais	(12b)	246.000	244.455
Diversos	(8)	352.514	294.221	Despesas tributárias	(12c)	1.860	3.134
Outros valores e bens		60	-	Outras despesas operacionais	(12c)	1.860	3.134
Despesas antecipadas		481.496	424.227	Despesas tributárias	(12c)	1.860	3.134
Investimentos		26.984	26.992	Outras despesas operacionais	(12c)	1.860	3.134
Participação em controlada no País	(9)	23.535	23.792	Despesas tributárias	(12c)	1.860	3.134
Outros investimentos		3.449	3.200	Outras despesas operacionais	(12c)	1.860	3.134
Imobilizado de uso		17.181	19.133	Despesas tributárias	(12c)	1.860	3.134
Outras imobilizações de uso		400.398	38.742	Outras despesas operacionais	(12c)	1.860	3.134
Imobilizado de arrendamento		433.314	375.867	Despesas tributárias	(12c)	1.860	3.134
Rendimentos a receber		518.188	436.596	Despesas tributárias	(12c)	1.860	3.134
Depreciações acumuladas		(69.744)	(60.729)	Despesas tributárias	(12c)	1.860	3.134
Diferido		63	141	Despesas tributárias	(12c)	1.860	3.134
Gastos de organização e expansão		13.139	13.138	Despesas tributárias	(12c)	1.860	3.134
Amortização acumulada		(13.076)	(12.907)	Despesas tributárias	(12c)	1.860	3.134
Intangível		2.054	2.094	Despesas tributárias	(12c)	1.860	3.134
Ativos intangíveis		3.290	2.778	Despesas tributárias	(12c)	1.860	3.134
Amortização acumulada		(1.036)	(1.725)	Despesas tributárias	(12c)	1.860	3.134
TOTAL		18.844.898	13.450.558	TOTAL		18.844.898	13.450.558

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2012

	Capital social	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do Patrimônio Líquido
		Legal	Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2010	234.188	72.225	418.297	13.310	1.015.020	-
Homologação do aumento de capital	272.000	(272.000)	-	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(10.409)	-	(10.409)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	224.601	224.601	-
Amortização de despesas	-	-	-	78.167	-	78.167
Destinações:	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	11.230	-	11.230	-
Reserva estatutária	-	-	75.101	-	75.101	-
Juros sobre capital próprio (RS360,27 por ação)	-	-	(60.103)	-	(60.103)	(60.103)
Saldos em 31 de dezembro 2011	506.188	78.167	88.455	493.398	2.901	1.169.109
Homologação do aumento de capital	78.167	(78.167)	-	-	-	-
Ajuste ao valor de mercado - TVM's	-	-	-	(7.991)	-	(7.991)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	187.793	187.793	-
Aumento de capital	60.000	-	-	-	60.000	-
Destinações:	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	9.390	-	-	9.390	-
Reserva estatutária	-	-	51.348	-	51.348	-
Juros sobre capital próprio (RS401,94)	-	-	(61.348)	-	(61.348)	(61.348)
Saldos em 31 de dezembro 2012	584.355	60.000	97.845	544.746	(5.090)	1.281.856
Saldos em 30 de Junho de 2012	584.355	60.957	493.398	(8.868)	66.884	1.276.728
Ajuste ao valor de mercado - TVM's	-	-	-	3.778	-	3.778
Lucro líquido do trimestre	-	-	-	118.407	118.407	-
Aumento de capital	60.000	-	-	-	60.000	-
Destinações:	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	6.888	-	-	6.888	-
Reserva estatutária	-	-	51.348	-	51.348	-
Juros sobre capital próprio (RS401,94 por ação)	-	-	(67.045)	-	(67.045)	(67.045)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	584.355	60.957	493.398	(5.090)	66.884	1.281.856

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

1. CONTEXTO OPERACIONAL
O Banco BNP Paribas Brasil S.A. ("Banco"), opera como banco múltiplo, na forma da Resolução nº 524/08, do Banco Central do Brasil - BACEN, autorizada a desenvolver suas operações por meio das cartilhas comercial, de arrendamento mercantil, de câmbio e de investimento.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
As demonstrações financeiras são preparadas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN e pela Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pelas LBNs nº 11.638/07 e nº 12.419/09 normatizadas pelo BACEN e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

A elaboração das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas que afetam os montantes dos ativos e passivos apresentados, a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras, bem como os montantes de receitas e despesas reportadas para o período do relatório. O uso de estimativas se estende às provisões necessárias para passivos contingentes, provisões para créditos de liquidação duvidosa, valor just mensuração de valor recuperável de ativos, reconhecimento e avaliação de impostos diferidos.

Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, entretanto, somente alguns foram homologados pelo BACEN. Assim, o Banco, na elaboração dessas demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos contábeis já homologados pelo BACEN, os quais sejam:

- a) CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos;
- b) CPC 03 - Demonstrações do fluxo de caixa;
- c) CPC 05 - Divulgação de partes relacionadas;
- d) CPC 10 - Tratamento baseado em ações;
- e) CPC 23 - Políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro;
- f) CPC 24 - Eventos subsequentes;
- g) CPC 25 - Reversão de passivos contingentes e ativos contingentes.

A adoção dessas pronunciações não gerou impactos no Banco.

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre os ativos e passivos indexados.

As operações de arrendamento mercantil são avaliadas pelo método de competência e segundo a Portaria do Ministério da Fazenda - MF nº 140/84, que considera:

- As receitas de arrendamento mercantil, calculadas e apropriadas mensalmente pela valorização ou a sua valorização ou desvalorização conforme super, avaliadas pelo valor justo, contabilizando a valorização ou a desvalorização conforme super;
- Instrumentos financeiros derivativos não considerados como "hedge" - em conta de receita ou despesa, no resultado do período;
- Instrumentos financeiros derivativos considerados como "hedge" - são classificados como "hedge" de risco de mercado ou "hedge" de fluxo de caixa.

Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMM nº 3.064/08, incluem recursos em caixa, investimento em títulos de curto prazo de alta liquidez e de baixa volatilidade, com risco insignificante de mudança de valor, com conversibilidade imediata ou com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias.

Aplicações interfinanceiras de liquidez
As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos
Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação - Títulos e Valores Mobiliários adquiridos com o propósito de serem vendidos e frequentemente negociados. Os títulos classificados como para negociação são apresentados no curto prazo, independente de seu vencimento.
- Títulos disponíveis para venda - Títulos e Valores Mobiliários que poderão ser negociados, vendidos ou utilizados para garantir o pagamento de obrigações.
- Títulos mantidos até o vencimento - Títulos e Valores Mobiliários para os quais haja intenção ou obrigação de manter até o vencimento, ou para os quais haja intenção ou obrigação de manter até o vencimento e capacidade financeira da instituição para sua manutenção em carteira até o vencimento. O Banco não possui títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento em 31 de Dezembro de 2012 e 2011.

Os títulos classificados como para negociação e disponíveis para venda são avaliados pelo valor de mercado.

Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados como para negociação são reconhecidos no resultado do período.

Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda são reconhecidos em uma conta de reserva de títulos classificados como disponíveis para venda. Os "hedges" de fluxo de caixa são destinados a mitigar a variação no fluxo de caixa futuro estimado e a sua valorização ou desvalorização relativa a ajustes ao valor justo e contabilizada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Os respectivos itens objeto de "hedge" são, também, ajustados ao valor justo na data do balanço.

CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS
As atividades operacionais geraram um fluxo líquido de caixa de R\$ 2.284,91 bilhões em 2012, em comparação com R\$ 2.225,03 bilhões em 2011.

ATIVIDADES OPERACIONAIS
As atividades operacionais geraram um fluxo líquido de caixa de R\$ 2.284,91 bilhões em 2012, em comparação com R\$ 2.225,03 bilhões em 2011.

CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS
As atividades operacionais geraram um fluxo líquido de caixa de R\$ 2.284,91 bilhões em 2012, em comparação com R\$ 2.225,03 bilhões em 2011.

CAIXA GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS
A variação de caixa e equivalente de caixa foi de R\$ 2.284,91 bilhões em 2012, em comparação com R\$ 2.225,03 bilhões em 2011.

VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA
A variação de caixa e equivalente de caixa foi de R\$ 2.284,91 bilhões em 2012, em comparação com R\$ 2.225,03 bilhões em 2011.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2012

	Nota explicativa nº	2012		2011	
		2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Receitas da intermediação financeira		564.339	1.230.060	1.572.022	1.572.022
Operações de crédito		15.437	32.866	41.028	41.028
Operações de arrendamento mercantil		29.948	52.852	54.429	54.429
Operações de operações com títulos e valores mobiliários		471.019	1.016.256	1.263.417	1.263.417
Resultado sob instrumentos financeiros		(104.178)	(138.918)	78.275	78.275
Resultado de operações de câmbio		155.113	267.204	147.785	147.785
Despesas de intermediação financeira		(143.283)	(865.394)	(1.071.634)	(1.071.634)
Operações de captação no mercado		(270.224)	(581.519)	(740.661)	(740.661)
Operações de empréstimos e repasses		(139.262)	(290.061)	(372.905)	(372.905)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6)	(9.647)	(24.814)	(6.298)	(6.298)
Resultado bruto da intermediação		146.476	366.506	606.004	606.004
Despesas de pessoal		(34.454)	(49.299)	(31.309)	(31.309)
Outras receitas (despesas) operacionais		162.127	220.774	163.388	163.388
Recursos em trânsito de terceiros		(80.718)	(160.224)	(139.189)	(139.189)
Outras despesas administrativas	(9)	(52.881)	(95.764)	(82.749)	(82.749)
Despesas tributárias	(10)	(21.265)	(32.958)	(34.743)	(34.743)
Sociais e estatutárias	(12a)	45.074	45.074	24.368	24.368
Fiscais e previdenciárias	(12b)	91.505	(38.428)	(74.841)	(74.841)
Outras despesas operacionais	(18)	91.505	(38.428)	(74.841)	(74.841)
Despesas tributárias	(18)	(21.265)	(32.958)	(34.743)	(34.743)
Sociais e estatutárias	(18)	45.074	45.074	24.368	24.368
Fiscais e previdenciárias	(12a)	267.385	222.849	244.455	244.455
Outras despesas operacionais	(12b)	246.000	244.455	244.455	244.455
Despesas tributárias	(12c)	1.860	3.134	3.134	3.134
Outras despesas operacionais	(12c)	1.860	3.134	3.134	3.134
Resultado operacional		180.930	314.367	368.775	368.775
Resultado não operacional		(448)	(1.145)	(1.145)	(1.145)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		180.482	313.222	367.630	367.630
Imposto de renda e contribuição social	(15)	(111.730)	(318.040)	(380.346)	(380.346)
Provisão para imposto de renda		(41.740)	(46.814)	(59.230)	(59.230)
Provisão para contribuição social		(28.647)	(34.867)	(44.613)	(44.613)
Ativo fiscal diferido		58.597	27.010	54.868	54.868
Participações no lucro		(50.297)	(71.040)	(60.287)	(60.287)
Lucro líquido do semestre/exercício		118.407	187.793	224.601	224.601
Juros sobre o capital próprio	(14)	67.055	67.055	60.263	60.263
Lucro líquido por ação - em R\$		709,74	1.125,66	1.346,29	1.346,29

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2012

	2012	2011	
			2º Semestre
ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.656,79	255,05	269,817
Lucro líquido ajustado	118.407	187.793	224.601
Depreciações e amortizações	3.095	5.976	



BNP PARIBAS

BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A.

CNPJ nº 01.522.368/0001-82

(Continuação)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

As transações com partes relacionadas nas empresas do Grupo BNP Paribas Brasil estão demonstradas, conforme quadro abaixo:

Descrição	2012		2011		Descrição	2012		2011	
	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)		Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)
Depósito em moeda estrangeira	10.485	-	6.360	-	Depósitos à vista	(572)	-	(1.629)	-
BNP Paribas S.A. Paris	(20.224)	-	(13.496)	-	Arval Brasil Ltda.	73	-	1.431	-
BNP Paribas S.A. Montreal, Londres, Hong Kong e Tokyo	(502)	-	(792)	-	Cetelem Brasil S.A. C.F.I.	11	-	54	-
BNP Paribas S.A. Nova York	10.241	-	7.928	-	Cetelem América Ltda.	11	-	1	-
					Cetelem Serviços Ltda.	18	-	3	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4.422.836	541.779	5.229.744	640.550	Cetelem Latin America Holding	11	-	4	-
Cetelem Brasil S.A. C.F.I.	(1.853.678)	(273.140)	(2.942.312)	(397.785)	BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	393	-	131	-
Banco BGN S.A.	(2.569.157)	(268.639)	(2.287.432)	(242.765)	Petits Champs Participações e Serviços	5	-	5	-
Arrendamento mercantil	433.314	52.853	387.531	44.529	Depósitos a Prazo	(73.481)	(4.776)	(25.401)	(425)
Arval Brasil Ltda.	(433.314)	(52.853)	(387.531)	(44.529)	Cetelem Latin America Holding	-	9	172	19
Serviços Prestados a Receber	2.530	2.501	4.166	1.483	Arval Brasil Ltda.	50.218	3.158	-	-
Arval Brasil Ltda.	(2.530)	(2.501)	(4.166)	(1.483)	Petits Champs Participações e Serviços	23.263	1.609	25.229	406
Devedores diversos - exterior	91.754	111.357	46.533	57.534	Depósitos Interfinanceiros	(192.224)	13.015	(65.178)	(4.274)
BNP Paribas S.A. - Nova York	(2.153)	(7.218)	-	-	Cetelem Brasil S.A. C.F.I.	-	-	-	-
BNP Paribas S.A. - Colombia	(1.100)	(1.192)	-	-	Banco BGN S.A.	192.224	13.015	65.178	1.259
BNP Paribas S.A. - Singapura	(441)	-	-	-	Obrigações por operações compromissadas	(15.301)	(1.076)	(9.800)	(6.140)
BNP Paribas S.A. Paris	(88.060)	(102.947)	(46.533)	(57.534)	Banco BGN S.A.	15.301	1.076	9.800	3.187
Carteira de câmbio - arbitragem	-	-	(70.576)	(85.247)	Petits Champs Participações e Serviços	-	-	-	2.953
BNP Paribas S.A. Paris	-	-	70.576	85.247	Obrigações por empréstimos e repasses	(3.147.573)	(217.336)	(566.367)	(416.002)
					BNP Paribas S.A. (Paris, Nova York, Frankfurt e Londres)	3.147.573	217.336	566.367	416.002
					Outras obrigações - Valores a pagar sociedade ligadas	(3.203)	-	(1.759)	-
					BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	3.203	-	1.759	-
					Outras obrigações - Dívida subordinada	(269.159)	(34.614)	(274.049)	(39.105)
					BNP Paribas S.A. (Paris)	269.159	34.614	274.049	39.105

20. RISCO OPERACIONAL

O Banco BNP Paribas Brasil S.A. mantém continuamente o seu processo de análise e monitoramento dos controles internos, incluindo o risco operacional. Com relação ao cálculo da parcela de capital alocada para cobertura dos riscos operacionais, o Banco manteve a metodologia de abordagem básica (BIA), de acordo com as normas do Banco Central do Brasil. O aprimoramento constante das práticas de Governança Corporativa e o investimento contínuo na evolução dos processos e dos controles são objetivos permanentes da Administração. O relatório completo sobre a gestão do risco operacional no Banco BNP Paribas está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

21. RISCO DE CRÉDITO

O Banco, em aderência ao disposto pelo Banco Central do Brasil, designou um diretor responsável pelo gerenciamento de risco de crédito. Esse diretor, bem como a área de gestão do risco de crédito atuam de forma independente das áreas de negócios e são responsáveis pela aplicação da política de monitoramento de risco de crédito, pela classificação e controle dos riscos de crédito, em conformidade com as regulamentações, assegurando um nível de risco aceitável da carteira de crédito do Banco.

A área de Risco de Crédito do Banco está inserida na estrutura global de risco de crédito do Grupo BNP Paribas e dispõe de um time de especialistas dedicados exclusivamente ao atendimento desses objetivos.

O relatório completo sobre a gestão do risco de crédito no Banco está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

22. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO DE MERCADO

O Banco emprega uma política conservadora na administração de sua exposição a risco de mercado. O Banco identifica, supervisiona e controla

de forma eficaz cada fator de risco no intuito de permitir que oscilações bruscas dos parâmetros de mercado possam ser absorvidas sem comprometer os objetivos de médio e longo prazo da instituição no Brasil.

De acordo com as normas do Banco Central do Brasil, o Banco nomeou um diretor responsável pelo risco de mercado. Esse diretor em conjunto com a área de gerenciamento do risco de mercado, que funciona independentemente das áreas de negócios, são responsáveis pela administração da política de monitoramento de risco de mercado, a aprovação de planos de trabalho/ações que envolvam novas metodologias, a validação dos novos produtos e as decisões sobre a adoção de ferramentas para a gestão dos riscos. A área de Risco de Mercado conta com uma equipe de profissionais dedicados exclusivamente a estas tarefas e inseridos na estrutura global de risco de mercado do Grupo BNP Paribas. O relatório completo sobre a gestão do risco de mercado no Banco está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

23. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL

A estrutura de gerenciamento de capital instituída pelo BNPP Brasil é composta por um Comitê Executivo, um Comitê de Monitoramento de Capital (CMC) e um Comitê de Ativos e Passivos (ALCO) cujas políticas e procedimentos buscam sempre observar as melhores práticas de Governança Corporativa e atuar em conformidade com as determinações estabelecidas pelos Órgãos Regulatórios. A estrutura de gerenciamento de capital abrange os impactos no capital do conglomerado financeiro e possíveis impactos associados às demais empresas consolidadas econômico-financeiro de forma compatível com a natureza das nossas operações, a complexidade dos produtos e serviços ofertados aos nossos clientes, bem como a dimensão de nossa exposição a riscos. O relatório completo sobre a gestão de capital do BNPP BR está disponível no endereço eletrônico (www.bnpparibas.com.br).

Marcelo Marques Sellan - Contador - CRC 1SP213451/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Srs. Administradores

Banco BNP Paribas Brasil S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco BNP Paribas Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos

selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para a opinião com ressalva

O Banco BNP Paribas Brasil S.A. registra as operações e elabora as suas informações contábeis com observância das práticas contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência (ou insuficiência) de depreciação, classificada no ativo permanente (Nota 2). Essas práticas não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a disposição da Lei nº 6.099/74, para as rubricas de ativos circulante, realizável a longo prazo e rendas/despesas de operações de arrendamento mercantil, mas propiciam a apresentação do resultado e do patrimônio líquido em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, com exceção do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco BNP Paribas Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Mudança de auditores

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de dezembro de 2011 foram auditadas por outros auditores, cujo relatório, datado de 13 de março de 2012, expressa uma opinião com ressalva quanto à apresentação das operações de arrendamento mercantil, como mencionado na "Base para opinião com ressalva".

São Paulo, 25 de março de 2013



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP197007/O-2

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - Segundo semestre de 2012

Introdução

Os membros do Comitê de Auditoria, em atendimento às disposições regulamentares vigentes e de seu Regulamento Interno de 14 de julho de 2004, apresentam Relatório de suas atividades desenvolvidas no segundo semestre do ano de 2012, no âmbito do Banco BNP Paribas Brasil S.A. (BNPP BR).

O Comitê de Auditoria do BNPP BR é um órgão estatutário e foi instituído pela Assembleia Geral Extraordinária de 29 de abril de 2004. Iniciou os seus trabalhos em 1º de julho de 2004, estando composto atualmente por quatro membros, dos quais três diretores estatutários e um membro externo, todos nomeados pela Diretoria Executiva e aprovados pelo Banco Central do Brasil. Também conta com a participação de especialistas, responsáveis pela área de Compliance, Riscos Operacionais e Auditoria Interna.

Na forma da regulamentação vigente, cumpre ao Comitê de Auditoria avaliar a transparência e qualidade das demonstrações financeiras, a efetividade dos sistemas de controles internos da Sociedade e das suas Auditorias Interna e Externa. As suas análises e conclusões são baseadas única e exclusivamente nas informações recebidas dos organismos de controle existentes na Instituição. Não há trabalhos de campo realizados pelos membros desse Comitê, ainda que a maioria dos membros exerça também funções executivas na organização e que isso facilite o entendimento das questões tratadas durante as reuniões do Comitê de Auditoria. Por não possuir função executiva, cabe ao Comitê de Auditoria, diante das informações que lhe são apresentadas pelas áreas de controles internos da Instituição e pelas demais convocadas, oferecer à Diretoria Executiva as sugestões de melhoria que entende necessárias, ficando a critério exclusivo desta acolhê-las ou não. O Comitê, representado por seu membro coordenador, apresentou à Diretoria Executiva da Instituição o resumo de suas atividades e as principais ocorrências verificadas durante o segundo semestre de 2012.

Dentro da sistemática regulamentar vigente, o Comitê de Auditoria reuniu-se três vezes (reuniões 59 a 61) durante o segundo semestre de 2012. Tais reuniões estão representadas por atas específicas que permanecem à disposição do Banco Central do Brasil. No âmbito das suas atribuições e a partir das informações recebidas, o Comitê de Auditoria não constatou durante o semestre aqui tratado problemas nos controles internos da Instituição que pudessem afetar significativamente as demonstrações financeiras da Sociedade ou a continuidade de suas atividades, tampouco a ocorrência de fraudes de qualquer natureza. Também mereceu registro o fato de que as atividades do Comitê, a exemplo do que ocorreu desde sua implantação, foram livremente conduzidas por seus membros, sem que qualquer obstáculo tenha sido oferecido pela Direção da Sociedade ou qualquer de seus prepostos ao livre e independente encaminhamento de suas atividades.

Durante o segundo semestre de 2012, a exemplo do que ocorreu durante o primeiro semestre, as informações contábeis trimestrais foram avaliadas pelos membros do Comitê, que as julgaram corretas e confiáveis.

Ouidoria

Foram apresentados regularmente ao Comitê relatórios das atividades da Ouidoria no segundo semestre de 2012 que constatou apenas uma reclamação apresentada por um dos clientes e que foi prontamente resolvida, evidenciando que os canais habitualmente utilizados pelos clientes para a solução de problemas ordinários estão atuando corretamente.

Relatório de Controles Internos

O Comitê de Auditoria também tomou ciência do Relatório sobre o Sistema de Controles Internos aprovado pelo Diretor responsável nos termos da regulamentação vigente, do qual pôde-se concluir que os sistemas de controle da Instituição foram avaliados e que não foram constatadas falhas que pudessem influenciar significativamente as demonstrações financeiras da Sociedade. Foi observado ainda que os esforços empregados no atendimento das recomendações feitas por sua Auditoria Interna têm produzido os resultados esperados, permitindo que a Instituição encerrasse o semestre com apenas uma recomendação considerada de alto risco, segundo os critérios de classificação adotados pela Auditoria Interna da Instituição, a qual já se encontrava atendida antes da emissão do presente relatório. Não há recomendações de alto risco feitas pela empresa de auditoria externa.

Demonstrações Financeiras

Nas reuniões que realizou, o Comitê de Auditoria recebeu do responsável da área de Contabilidade da Sociedade todas as explicações solicitadas acerca das demonstrações financeiras trimestrais e do semestre, tanto no formato usual apoiado nos pronunciamentos contábeis brasileiros ("Brazilian Gaap"), quanto no formato IFRS, previsto nas normas Internacionais divulgadas pelo IASB-International Accounting Standards Board, tendo o Comitê concluído que, em ambos os casos, as demonstrações financeiras apresentavam consistência, qualidade e clareza necessárias. Como habitualmente ocorre, essas demonstrações foram apresentadas em detalhes, notadamente em suas principais mutações, que foram comparadas com as demonstrações financeiras anteriores permitindo-lhe concluir pela consistência das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2012.

Auditoria Interna

O Comitê de Auditoria também se reuniu com a Auditoria Interna que reportou os resultados e as principais conclusões de seus trabalhos executados durante segundo semestre de 2012, a exemplo do que ocorreu com o semestre anterior. Questionada especificamente sobre as demonstrações financeiras, a responsável pela Auditoria esclareceu não ter sido identificado nas missões que realizou qualquer problema nos controles da Sociedade que pudessem por em risco a qualidade das respectivas demonstrações financeiras. Esclareceu também que tem desempenhado suas funções sempre com absoluta independência, não tendo sido imposta qualquer restrição ao seu trabalho pelos demais prepostos da Instituição ou por sua Diretoria Executiva. Relativamente à efetividade de seus trabalhos vis a vis a regulamentação vigente, a responsável pela Auditoria Interna afirmou que faz parte integrante de seus trabalhos a verificação do cumprimento dos dispositivos legais e normativos aplicáveis à Instituição, bem como de suas normas internas, levando o Comitê a concluir, ao final, que a Auditoria Interna tem desempenhado suas funções

adequadamente. Todos os trabalhos realizados pela Auditoria Interna são concluídos com base em extensos relatórios encaminhados também aos membros do Comitê. A apresentação feita pela responsável da Auditoria evidenciou a profundidade dos trabalhos desenvolvidos durante o segundo semestre de 2012 e a procedência das recomendações formuladas, cujo atendimento é regularmente acompanhado pela área de Controles Internos da Instituição e pelo Comitê de Auditoria.

Auditoria Externa

A PricewaterhouseCoopers, através de seus representantes legais, diante do Comitê de Auditoria, apresentou suas atividades frente às demonstrações financeiras do segundo semestre de 2012 evidenciando adequada integração com as diversas áreas da Sociedade e conhecimento acerca de suas respectivas atividades. Confirmou aos membros ter atuado com independência e autonomia na condução de seus trabalhos e que nenhum óbice ao desempenho de suas atividades foi encontrado e que todas as informações solicitadas foram sempre recebidas nos prazos ajustados. No âmbito dos controles internos, a PWC afirmou não terem sido identificadas falhas relevantes ou deficiências significativas que pudessem comprometer a qualidade das demonstrações financeiras da Instituição. Atestou que a circularização de correspondências a advogados e outros profissionais apresentou bom resultado. Esclareceu, ainda, que em seus trabalhos relacionados às demonstrações financeiras do segundo semestre de 2012 (i) não tiveram nenhuma divergência de opinião com a Administração da Sociedade em relação às demonstrações financeiras da Sociedade, (ii) que não identificaram situações que limitassem o desempenho de suas atividades, (iii) que não tinham conhecimento de nenhuma questão relativa à auditoria ou contabilidade, formulada pela Administração a outras empresas de auditoria.

Também em relação à efetividade de seus trabalhos, foi observado que a Auditoria Independente também avalia o cumprimento pela Sociedade de dispositivos legais e normativos aplicáveis às suas demonstrações financeiras e que predominou uma perfeita integração entre os auditores independentes e as diversas áreas do Banco, permitindo ao Comitê concluir que a Auditoria Independente desempenhou suas funções de forma independente e satisfatória.

Conclusão

Assim, (i) a partir das considerações feitas pelas áreas entrevistadas, (ii) da auditoria Interna que não formulou nenhuma recomendação que pudesse afetar significativamente as demonstrações financeiras da Sociedade, (iii) da empresa de auditoria independente que emitiu relatório sem ressalvas, o Comitê de Auditoria concluiu que as demonstrações financeiras semestrais da Sociedade apresentam informações consistentes, apuradas a partir de práticas contábeis regularmente aceitas no Brasil, o Comitê de Auditoria recomenda à Diretoria Executiva a aprovação das demonstrações financeiras da Sociedade tanto as apresentadas segundo os padrões brasileiros (Brazilian Gaap) e que será objeto de publicação na forma da lei, quanto as elaboradas segundo o padrão internacional, em IFRS (International Financial Reporting Standards), encerradas em 31 de dezembro de 2012.

São Paulo, 18 de março de 2013.

BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A.
Comitê de Auditoria

BANK OF THE YEAR 2012

IFR AWARDS 2012

Comprometido com os negócios

Nós nos esforçamos para o seu sucesso

**CORPORATE & INVESTMENT BANKING | WEALTH MANAGEMENT
ASSET MANAGEMENT | SECURITIES SERVICES**

BNP PARIBAS | O banco para um mundo em mudança

bnpparibas.com.br

Este anúncio tem caráter meramente institucional e não constitui oferta de produtos ou serviços financeiros específicos. A International Financing Review ("IFR"), publicação líder do setor financeiro da Thomson Reuters, elegeu o BNP Paribas como o Banco do Ano de 2012. Os prêmios da IFR são um benchmark do setor para excelência global e o Banco do Ano é o prêmio mais importante.